

**PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO ASSENTAMENTO
PAE SETUBAL**

**Ponta de Pedras – Marajó – Pará
Janeiro-2015**

Dados Gerais

Projeto

ATER-Marajó – Chamada Pública 01/2013 – INCRA SEDE
Ano 2013 – Lote 19

Realização

Instituto Peabiru

Diretor

João Meirelles Filho

Equipe Técnica e de campo

Thiara Fernandes
Rosemiro Rodrigues
Paula Vanessa Silva
Ana Rachel Broni
Ediana Tavares
Elvesson Ferreira
Gilberto Azevedo
Gilberto Oliveira
Elaine Gouvêa
Pedro Santos

Estagiárias

Karlla Tavares
Thaíssa Oliveira

Elaboração do documento

Thiara Fernandes

1. INTRODUÇÃO

Neste documento são apresentados os resultados da construção do Plano de Desenvolvimento Participativo do Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) Soberana, localizado no município de Ponta de Pedras – Marajó - Pará. A atividade faz parte das ações previstas na Chamada Pública 01/2013 INCRA Sede, Lote 19 (Ponta de Pedras e Cachoeira do Ararí) para Projetos de Assentamento Agroextrativistas.

A chamada tem como objetivo implantar atividades produtivas sustentáveis familiares e coletivas, assim como processos de comercialização, visando à segurança alimentar, a inclusão produtiva e social das famílias beneficiárias da reforma agrária, especialmente de mulheres e jovens, e o incremento da renda.

A primeira etapa deste processo foram as **Visitas para diagnóstico da unidade familiar** (atividade 1.2), realizada em dezembro de 2014, que consistiam na aplicação de questionários às famílias assentadas, os quais abordaram aspectos econômicos, sociais, ambientais e produtivos. A segunda constituiu-se na **Elaboração de diagnóstico das atividades produtivas e dos empreendimentos familiares e/ou coletivos das comunidades beneficiárias** (atividade 1.3). A partir da análise das informações obtidas com DRP, foi construído o **Plano Participativo** (2.1), o qual é constituído das seguintes partes:

- Plano de organização social;
- Projeto de Desenvolvimento da Atividade Produtiva e/ou Projeto de Desenvolvimento do Empreendimento;
- Plano de Comercialização;

Cada item do Plano Participativo visa definir ações de curto, médio e longo prazo, visando a qualificação da produção, comercialização, infraestrutura, gestão comunitária, organização social, recuperação, regularização e licenciamento do uso dos recursos naturais, realização de simulações de composição de atividades agroextrativistas e não agroextrativistas. Foi discutido de acordo com a metodologia descrita no item a seguir.

2. DESCRIÇÃO METODOLÓGICA

A realização do Plano Participativo seguiu as orientações básicas da Chamada Pública de ATER, a qual prevê uma oficina de três dias, 24h. Para cada dia de trabalho foi proposto que assentados discutissem, respectivamente, os seguintes temas: a) plano da organização social; b) projeto de desenvolvimento produtivo; e, por fim c) plano de comercialização.

Para contextualizar a discussão e construção dos planos, foi feita uma devolutória do DRP, identificando assim os gargalos da organização social, atividades produtivas e comercialização no PAE.

Após a devolutória foi aplicada a ferramenta metodológica **Visão de Futuro**, onde foi entregue, para cada assentado, uma tarjeta, e nesta eles foram orientados a declarar o que esperavam para o futuro do assentamento, e que melhorias gostariam de alcançar no fim do Projeto de Ater.

Para auxiliar na construção do Plano Participativo, a equipe de moderadores baseou-se na metodologia utilizada na construção do Plano de Desenvolvimento da Vila dos Palmares, do *Projeto Agenda 21*, desenvolvido pelo Instituto Peabiru no período de fevereiro de 2009 a maio de 2014, na Vila dos Palmares, município de Moju – PA, na qual foram identificadas, a partir de um diagnóstico, as principais demandas da comunidade e assim, foi proposto encaminhamentos para cada demanda.

Sendo assim, utilizamos as perguntas do quadro, direcionadas a cada problema identificadas no DRP, construindo assim encaminhamentos de curto, médio e longo prazo.

Problemas identificados	O que precisamos fazer para resolver?	O que podemos resolver agora?	O precisamos da ajuda de fora?	Responsável da comunidade?	Órgãos competentes?
-------------------------	---------------------------------------	-------------------------------	--------------------------------	----------------------------	---------------------

Durante a atividade fez-se uso da abordagem participativa, a qual é utilizada em diferentes projetos desenvolvidos pelo Instituto Peabiru, com intuito de assegurar o envolvimento dos integrantes na atividade e nas ferramentas propostas, pois permite ao pesquisador responder perguntas sobre *que* tipo de conhecimento se quer e necessita, a *quem* se dirige e *quem* vai dele se beneficiar (GOMES, 2001).

Para desenvolver cada tema e construir os planos, a equipe de moderadores fez a socialização dos resultados do DRP e em seguida identificou os principais problemas relacionados à organização social, atividades produtivas e comercialização da produção, os quais são o foco desta atividade.

Cada demanda/problema identificado foi anotado em folhas de papel 40kg e distribuídos entre os assentados, os quais foram divididos em grupos de 3 a 5 pessoas para discutir as questões específicas. O resultado da dinâmica foi socializado com os demais participantes da oficina e abriu-se espaço para debater as proposições do grupo, o resultado final foi sistematizado nos quadros. Além disso, durante a atividade, alguns acordos e encaminhamentos já foram feitos, a fim de solucionar as demandas.

Para sistematização as informações, neste documento, utilizaremos o seguinte formato:

Demandas	Justificativa	ENCAMINHAMENTOS		
		Quais são as ações necessárias para que esta demanda seja solucionada?	Quem deve realizar estas ações?	Como estas ações devem ser realizadas?

3. RESULTADOS ALCANÇADOS

A fim de contextualizar as discussões iniciamos com a validação do DRP, dividindo assim em três pontos principais (organização social, produção e comercialização).

Em seguida aplicamos a ferramenta Visão de Futuro, tendo o quadro abaixo como resultado:

Organização Social	Políticas Públicas
Mais representação na associação	Posto de saúde
Mais participação do povo nos debates	Projetos sociais
Que a organização vá pra frente	Energia pra todos
Quero mais gente para a participação da reunião para comunidade	Escola a partir da 5° série
Melhor comunicação e esclarecimento	Acesso a Políticas públicas
Mais pessoas na ASTRAIS	

O resultado, da aplicação desta ferramenta, esteve relacionado a melhor estruturação e participação dos beneficiários na organização social local, além de acesso aos direitos básicos e políticas públicas.

De acordo com um dos beneficiários:

“É necessário melhorias na associação, por exemplo, nessa reunião, cadê os associados? Aqui esta o presidente, ele envia convite, liga, mas ninguém vem, alguns pensam que é logo cobrança, alguma coisa tem porque marca e ninguém vem, mas se fosse crédito ou bolsa verde, o barracão estaria cheio”. SR. E.B. Assentado.

Além disso, os assentados ainda carecem de infraestrutura básica para viver de forma digna e usufruir de seus direitos como cidadãos brasileiros, água, energia elétrica, saneamento e transporte.

Após a visão de futuro, o primeiro dia de atividades foi destinada a discutir as questões relacionadas a organização social e a construção do Plano de Desenvolvimento da mesma. O segundo dia, dedicado às atividades produtivas, e a construção do Projeto de Desenvolvimento das Atividades Produtivas. E, o ultimo dia foi destinado as questões relacionadas a comercialização e para construção do Plano de Comercialização.

Rua Ó de Almeida 1083
66053-190 Reduto Belém Pará
F 55 91 3222 6000
peabiru@peabiru.org.br
www.peabiru.org.br



Portanto, este documento irá apresentar os resultados divididos nesses três tópicos prioritários.

3.1. Plano da Organização Social:

Conforme descrito anteriormente, a construção do Plano de Desenvolvimento da Organização Social do PAE Setubal , foi baseada nos problemas identificados no diagnóstico. O quadro abaixo

Demandas	Justificativa	ENCAMINHAMENTOS		
		Quais são as ações necessárias para que esta demanda seja solucionada?	Quem deve realizar estas ações?	Como estas ações devem ser realizadas?
1. Falta de conhecimento, dos sócios, sobre a associação e o estatuto;	Existe apenas uma cópia do estatuto, que já foi lido durante reunião da associação.	a) Socializar o estatuto distribuindo cópias;	Thiara - Instituto Peabiru; Ivanete e Wesllen (ASTRAS);	Equipe do Peabiru leva o estatuto original (24/01), entregar a Ivanete 30 cópias (dia 28/01); Wesllen e Ivanete distribuem o estatuto aos sócios.
2. Falta de compromisso em participar das atividades	Os assentados não estão interessados em reunião de planejamento ou da associação, apenas nos financiamentos e benefícios (bolsa verde) traz os beneficiários para reunião.	Fortalecer a participação dos sócios nas reuniões;	Instituto Peabiru ASTRAS	Capacitação durante as oficinas de fortalecimento organizacional.
		Aplicar as oficinas de capacitação, principalmente manejo do açaí;	Instituto Peabiru ASTRAS	As oficinas serão oferecidas no mês de fevereiro pelo Instituto Peabiru.
		Procurar outras instituições que ofereçam capacitação SENAR, SENAI (corte costura, crochê), Pronatec;	Instituto Peabiru ASTRAS	Identificar qual dessas instituições oferecem formação e iniciar o processo para que o PAE seja atendido.
		Esclarecer os encaminhamentos para acessar o fomento mulher, PRONAF e bolsa verde;	Instituto Peabiru INCRA ASTRAS	Solicitar ao INCRA informação sobre quando e como os beneficiários irão acessar essas políticas.
		Minha Casa Minha Vida Rural;	Instituto Peabiru INCRA MDA	

		Encaminhar solicitação ao INCRA, servidor agrária Albucatre, da liberação de 60 cestas básicas durante o período de inverno;	Instituto Peabiru ASTRAS INCRA CONAB	Instituto Peabiru e ASTRAS deve solicitar ao INCRA.
3. Sócios não assumem responsabilidade	As famílias beneficiárias ocupam, a maioria de seu tempo, com atividades produtivas e domésticas, tem pouca ou nenhuma escolaridade, dificultando o empoderamento nos processos de gestão.	Capacitação sobre como atuar na associação (escrever ATA, acionar os órgãos públicos, etc.);	Instituto Peabiru, ASTRAS (Erinaldo, Júlia e Wesllen).	Oficina de Associativismo e Cooperativismo.
4. Inadimplência dos sócios		As dívidas foram quitadas após a informação de que o PRONAF e fomento mulher ¹ seriam encaminhados.	Instituto Peabiru ASTRAS INCRA	Peabiru deve solicitar esclarecimento do INCRA para repassar informações mais concreta aos assentados.
5. Inadimplência da associação com obrigações tributárias	A ASTRAS tem recurso financeiro para quitação das pendências tributárias, mas não tem apoio técnico.	Secretário e tesoureiro que se comprometam com a associação;	Instituto Peabiru ASTRAS	Oficina de Associativismo e Cooperativismo.
6. Prestação de contas, da associação aos sócios, não foi feita.	O representante da organização atua, praticamente, sozinho.	Capacitar os membros da diretoria da associação		

¹ No final do ano de 2014 o INCRA solicitou, a equipe do Instituto Peabiru, que informasse aos assentados sobre a possibilidade de acesso ao fomento mulher, no entanto, em um segundo momento, solicitou que não mais o fizesse pois, o recurso não tinha prazo para liberação. A informação gerou expectativa dos assentados, que continuam impacientes, ainda não conseguiram compreender como o processo de fortalecimento institucional da associação pode colaborar com a melhoria da qualidade de vida dos assentados e porque os benefícios (fomento mulher, PRONAF, Minha Casa Minha Vida) ainda não estão sendo encaminhados.

De acordo com os participantes, a ASTRAS precisa de um bom secretário e tesoureiro, apesar de haver uma diretoria formada, não há atuação prática dos diretores. Uma das principais questões é a não construção da ATA da reunião de eleição, um dos gargalos para a adequação tributária da organização. As eleições foram realizadas no mês de setembro, mas não foi registrada em ATA.

O representante da associação e líder comunitário, Sr. Wesllen Reis, conhecido como Teco, informou que um contador foi acionado para analisar a situação tributária da associação, e o CNPJ, caso haja necessidade de pagar multa, para regularização, será mais difícil para a organização.

3.2. Projeto de Desenvolvimento das Atividades produtivas:

Iniciamos as discussões com a apresentação do calendário agrícola, validando assim as informações do DRP.

CALENDÁRIO AGRÍCOLA PAE SETUBAL					
MESES	PRODUTOS				Animais de pequeno porte
	Açaí	Peixe	Camarão	Andiroba	
Jan	Entressafra	Defeso	–	Coleta	Criação
Fev	Entressafra limpeza da área	Defeso	–	Coleta	Criação
Mar	Entressafra limpeza da área	Defeso	–	Coleta	Criação
Abr	Entressafra limpeza da área	Defeso	Pesca	–	Criação
Mai	Entressafra	Pesca	Pesca	–	Criação
Jun	Entressafra famílias com área grandes iniciam a coletam de açaí.	Pesca	–	–	Criação
Jul	Fruto inicia a maturação	Pesca	–	–	Criação
Ago	Safra	Pesca	–	–	Criação
Set	Safra	Pesca	–	–	Criação
Out	Safra	Pesca	–	–	Criação
Nov	Safra	Pesca	–	–	Criação
Dez	Safra	Pesca	–	–	Criação

De acordo com os participantes, apesar do fruto do açaí só estar completamente maduro em agosto, muitas famílias, principalmente aquelas com áreas maiores, já iniciam a coleta em junho, tanto para consumo como para venda, esse fruto, não completamente maduro, é classificado como “açaí paral”.

Além disso, durante o período, reconhecido como entressafra do açaí, a produtividade é alternada a cada ano, em um ano tem produção no seguinte não tem.

Os problemas relacionados a produção do açaí são:

a) Seca do açaí: quando a palmeira lança o cacho, mas o cacho seca antes da maturação dos frutos. Os moradores identificaram que esse problema pode estar relacionado a salinidade da água, no entanto a água fica salina no inverso e o problema aparece nos dois períodos, inverno e verão. Além disso, historicamente no arquipélago a água tende a ficar salina no inverno, no entanto, a menos de seis anos que esse problemas é considerado.

b) Árvores que não dão cacho: a arvore afina a copa antes de produzir.

Entendemos que este problema pode estar relacionado ao manejo das áreas, feito localmente, que prioriza o açazeiro, diminuindo assim a biodiversidade, o que representa maior proliferação de doenças da espécie.

Outro problema significativo desta atividade são os acidentes, que, nos casos mais graves, resultam em invalidez e morte. Além dos animais peçonhentos.

Sobre o peixe, foi confirmada as informações do calendário, e ratificado o fato de essa ser uma atividade destinada, prioritariamente, ao consumo. Além disso, que o seguro defeso sempre é repassado com atraso, o que “obriga” os assentados a também pescarem durante o defeso.

Os participantes entendem que seria possível fazer acordos de pesca no PAE, no entanto, os assentados sentem-se prejudicados pela intensa exploração do recurso, feita por moradores de fora, de comunidades vizinhas ou pescadores de lugares distantes.

Os assentados entendem que as fronteiras hídricas do PAE são:

Rio Arará: Da Malvina até segunda boca do Ipauçú.
Rio Ipauçu: Boca do rio até casa do pongo (Antonio).
Todo o Igarapé Soberana.

Um aspecto interessante observado, é que existe um acordo, não formalizado, entre os moradores, de que os peixes são destinados ao consumo, em vias a diminuir a pressão sobre o recurso.

Outro aspecto que influencia a diminuição do recurso é o aumento populacional, segundo os participantes da reunião.

Sobre o camarão, também foram ratificadas as informações do diagnóstico, no entanto, os informantes afirmam que a pesca, destinada ao consumo, é feita durante todo o ano.

Além disso, o matapi usado é fechado, não deixando espaço para os camarões menores saírem e garantir a sustentabilidade do recurso.

Outra informante acredita que falta fomento e planejamento para a atividade ser melhor desenvolvida.

Sobre a andiroba, todos os participantes foram categóricos, informando que o principal problema é a falta de comprados.

Já para a atividade de criação de pequenos animais, os informantes entendem como principal problema os furtos. E que os furtos e assaltos são um problema sistêmico no território.

Sobre a produção, a questão mais preocupante para o PAE está relacionada ao fato que os assentados não possuem áreas de floresta de uso comum, para desenvolver o extrativismo, no momento usam um território conhecido como “mato do Liberato”. Uma área, onde não há moradores, cujo dono é o Sr Liberato, que mora na sede do município, e arrenda o território para extração de açaí, durante a safra. E, alguns pistoleiros já ameaçaram os moradores de Setubal.

De acordo com os moradores, esse está em disputa, pois uma comunidade quilombola está requerendo o mesmo, juridicamente. Enquanto não obtém posse legal do território, os moradores do PAE Setubal seguem utilizando os recursos naturais (caça, extração de frutas e oleaginosas, etc.), esse uso gera conflito, tanto com os quilombolas quanto com os arrendatários. Se a área for efetivamente repassado aos quilombolas, as famílias assentadas perdem a possibilidade de uso desses recursos florestais.

“essa terra tem dono, se não tivesse dono iam invadir (os quilombolas), agora esse mato aí é uma briga com os quilombolas e o Liberato, as vezes o Liberato arrenda e eles (quilombolas) invadem. Ele manda os pistoleiros, mas não vem aqui (no PAE Setubal), já veio, agora não vem mais”.

Existem outras comunidades que usam o “Mato do Liberato”, são elas: Soberana, Laranjeira, Porto Santo, Canal, Curral do Panema, Santana, Cupixaua, Ipauçu, Gurupá (comunidade quilombola), além de moradores da sede do município de Ponta de Pedras.

O Projeto de Desenvolvimento das Atividades Produtivas, segue sistematizado no quadro abaixo:

Produtos	Demanda	Justificativa	ENCAMINHAMENTOS			
			Quais são as ações necessárias para que esta demanda seja solucionada?	Quem deve realizar estas ações?	Como estas ações devem ser realizadas?	
AÇAÍ	Baixa produção na entressafra	O açaí é o principal produto gerador de renda para as famílias assentadas. É importante uma boa orientação para melhor produtividade.	Capacitação em Manejo do açaizal	Instituto Peabiru ASTRAS Assentados	Esclarecer o tema específico durante a oficina de boas práticas; Orientar os extrativistas nas visitas técnicas. Identificar outras organização que atuam no tem, fortalecer parcerias.	
	Seca do açaí – o fruto seca antes de amadurecer.		Identificar o que gera esse problema			
	Árvore sem cacho (afinamento da copa).					
	Acidentes na extração do açaí (morte, invalidez, animais peçonhentos)	Acidentes graves são muito frequentes na atividade.	Capacitação sobre segurança na extração do açaí Guataçara.	Instituto Peabiru ASTRAS Hospital Metropolitano	Solicitar e apoiar a ida de representantes da equipe do médico Guataçara, Hospital Metropolitano, para aplicar a capacitação.	
PEIXE	Diminuição da oferta	Essa é uma atividade que garante a segurança alimentar da população.	Acordos de pesca.	Instituto Peabiru ASTRAS Assentados IBAMA	Intercambio com outras comunidades que já desenvolvem essa discussão. Estabelecer parcerias com organizações de interesse.	
	Práticas predatórias					
	O recurso é explorado intensamente por pescadores de fora do PAE.		Criação de peixe em cativeiro			Orientação nas visitas técnicas
	Aumento populacional		Programa de Educação ambiental			Identificar organizações que tratem o tem específico.
	Poluição dos rios com lixo doméstico (população local).					
	Roubo	Os roubos e assaltos são considerados problemas sistêmicos no PAE.	Regimento interno do PAE amparado por lei	Instituto Peabiru ASTRAS Assentados INCRA Polícia Federal	Instituto Peabiru deve solicitar ao INCRA informação sobre como proceder.	

CRIAÇÃO	Financiamento	Os assentados entendem que poderiam melhorar a produção se tivessem acesso a financiamento.	Solicitar ao INCRA as orientações necessárias para que os assentados acessem esses recursos.		Instituto Peabiru e ASTRAS devem solicitar ao INCRA que esclareça os assentados sobre os financiamentos.
CACAU	Coleta é feita no “Mato do Liberato”.	A única área de uso comum dos assentados não pertence ao assentamento, todos se dizem temerosos pela possibilidade de perder esse recurso. Atualmente o uso desse recurso gera conflito. Entendemos que a legalização do território como PAE deveria garantir área de uso comum aos assentados ² .	Identificar, junto ao INCRA, quais as áreas, dentro do assentamento, destinadas ao extrativismo e uso comum. Fazer um levantamento sobre a demanda local e aumento populacional.	Instituto Peabiru ASTRAS Assentados INCRA	Encaminhar ao INCRA solicitação dessa demanda. Identificar a pressão aos recursos florestas.
ANDIROBA					
MURUMURU					

² O PAE, essa modalidade de Assentamento é destinado à exploração de áreas dotadas de riquezas extrativas, através de atividades economicamente viáveis, socialmente justas e ecologicamente sustentáveis, a serem executadas pelas populações oriundas de comunidades extrativistas. A obtenção da terra, criação do Projeto, a seleção dos beneficiários, aporte de recursos de crédito Apoio a Instalação e de crédito de produção (PRONAF A), Infra-estrutura básica (estradas de acesso, água e energia elétrica) e a Titulação (Concessão de Uso/Título de Propriedade) são de responsabilidade do INCRA. Portaria/INCRA/P/Nº 268 DE 23 DE OUTUBRO DE 1996

3.3. Plano de Comercialização:

Sobre a venda do açaí, os assentados vendem direto ao marreteiro, a presença desse ator social é importante para o desenvolvimento da produção e comercialização. No entanto, os assentados entendem que é o marreteiro que lucra mais na comercialização do açaí, mas não há, segundo os informantes, possibilidade de excluí-lo da negociação.

O marreteiro oferece empréstimo aos produtores, durante a entressafra, para que façam a limpeza das áreas, e durante a safra, os assentados pagam com o produto, açaí. No entanto, para ter acesso a esse empréstimo, os produtores devem entrar em um acordo com o marreteiro a cerca do preço da rasa. Segue alguns relatos:

“Aqui tem uns que valorizam e outros não, uns querem pagar menos outros mais”.

“Negociamos com o atravessador ele comprou 100 paneiros de açaí por 8,00 no final tinha paneiro que chegava de 15,00 a 20,00 reais, mas não podíamos vender por conta do acordo que fizemos com ele”.

“Eu tenho um açazal se tivesse como arrumar um crédito eu ia coletar, esse ano paguei quase R\$ 600,00 pra ajeitar a maquina de bater açaí, só ai já fiquei sem dinheiro, pois tive que abrir um buraco para tapar outro”.

“Não tem como correr porque o marreteiro empresta o dinheiro para limpar o mato. Se houvesse financiamento pra isso os produtores saiam da mão do marreteiro”.

De acordo com os assentados, as famílias guardam dinheiro, durante a safra do açaí, para garantir a reprodução familiar na entressafra, já que no inverno todos os produtos entram na entressafra, e ainda o seguro defeso, na maioria das vezes, atrasa.

Os marreteiros geralmente são homens, no entanto identificamos que 20%, dos que atuam no PAE Setubal, são mulheres.

Rua Ó de Almeida 1083
66053-190 Reduto Belém Pará
F 55 91 3222 6000
peabiru@peabiru.org.br
www.peabiru.org.br



Sobre a andiroba, informaram que já houve a comercialização, mas atualmente, não tem comprador. Para o cacau, tem um comprador na comunidade.

Demandas	Justificativa	ENCAMINHAMENTOS		
		Quais são as ações necessárias para que esta demanda seja solucionada?	Quem deve realizar estas ações?	Como estas ações devem ser realizadas?
AÇAÍ	Crédito para produção. Os assentados não conseguem melhores preços, pois estão subordinados ao marreteiro.	Identificar a fonte de financiamento para produção de açaí. Orientar os assentados para acessar o fomento.	Instituto Peabiru ASTRAS INCRA Assentados	Equipe do Peabiru deve solicitar ao INCRA informação sobre acesso ao PRONAF.
	Acordo de preço – central de comercialização	Organização da sociedade para acordar um preço	Instituto Peabiru ASTRAS INCRA Assentados	Intercambio com a experiência dos moradores do Rio Canaticu em Currálinho no Marajó.
ANDIROBA	Não tem comprador	Entrar em contato com as mulheres de Joanes, Marajó. Identificar o interesse no produto.	Instituto Peabiru ASTRAS	O Instituto Peabiru deve entrar em contato com o grupo de mulheres de Joanes ³ para identificar o interesse e os próximos passos.
		Fazer estimativa da produção local.	ASTRAS Instituto Peabiru	A ASTRAS deve fazer estimativa real da produção, com orientação técnica da equipe do Instituto Peabiru.
		Para comercialização para Joanes, o produto deve ser entregue na comunidade Gurupá.	Instituto Peabiru ASTRAS	Identificar esse aspecto com as mulheres de Joanes.
		Fazer uma central de coleta no barracão da ASTRAS.	Instituto Peabiru ASTRAS Assentados	Organizar a comercialização junto aos interessados.

³ Um grupo de mulheres que gerencia a extração do óleo de andiroba e comercializa para empresa Beraca Brasmazon, o grupo tem máquinas de extração, mas a produção é pequena naquele lugar.

4. CONCLUSÃO

Em muitos aspectos a demanda real dos assentados está relacionada a acesso aos direitos básicos como educação formal, saneamento, saúde, transporte, etc.

O não acesso a educação dificulta a organização social, produção e comercialização dessas famílias, políticas como PRONATEC devem ser a base para boa gestão desses territórios.

Os assentados do PAE Setubal, antes de receber a assistência técnica do Instituto Peabiru, não costumavam reunir para falar de seus problemas, em um âmbito mais global. Entender e discutir os vários aspectos que influenciam a existência de um problema e como, de forma conjunta, mitigá-lo.

A dificuldade que a equipe encontra, no momento, é a rejeição das famílias em participar de espaços de discussão. As reuniões, a pesar de cumprirem a meta proposta pelo INCRA, foram esvaziadas.

Informação desencontrada (o caso do fomento mulher⁴) geram desconfiança e descrédito dos assentados para com os técnicos.

Além disso, podemos avaliar que para realidade do PAE, o excesso de dias de reunião gera desconforto, entendendo que todos precisam desenvolver suas atividades produtivas, do contrário não há comida na mesa. Alguns participantes justificaram ausência (em um dos períodos) por necessidade de sair para pescar ou por o matapé a fim de garantir a janta da família.

Os assentados tem urgência de informações mais concretas, que orientem na melhor produção ou acesso a financiamento, benefícios e crédito.

⁴ O Incra solicitou que a equipe do Instituto Peabiru, orientasse os assentados sobre o acesso ao fomento mulher, depois que a informação já tinha sido repassada, orientou que não mais o fizessem pois não havia segurança na liberação do recurso.

Rua Ó de Almeida 1083
66053-190 Reduto Belém Pará
F 55 91 3222 6000
peabiru@peabiru.org.br
www.peabiru.org.br



5. REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Valdelira Lia Araújo FERNANDES, V. L. A; VICENTINI, R. N.; BATISTA, V. da S. **Caracterização do uso de malhadeiras pela frota pesqueira que desembarca em Manaus e Manacapuru Amazonas.** Acta Amazônica. vol. 39(2) 2009: 405 – 414.

GOMES, J. C. C. **As técnicas participativas na pesquisa agrícola: fundamentos teóricos e algumas dificuldades práticas.** In: Markus Brose. (Org.). Metodologia Participativa - Uma introdução a 29 instrumentos. 1 ed. Porto Alegre: Tomo Editorial Ltda, 2001, v. 1, p. 287-294.

VERDEJO, M. E. **Diagnóstico Rural Participativo: Um guia prático.** Revisão e Adaptação: Décio Cotrim e Ladjane Ramos, Secretaria da Agricultura Familiar, Ministério do Desenvolvimento Agrário. Gráfica da ASCAR – EMATER-RS. 2006. 62p.